

**AJUSTE A VALOR PRESENTE E AS COMPANHIAS DO SETOR DE
CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

ANA CAROLINA RODRIGUES DE MELLO

FHO – Uniararas

IVAN CARLIN PASSOS

FHO – Uniararas

IARA ISIS DOS SANTOS

FHO – Uniararas

TATIANE FERNANDA CANDIDO

FHO – Uniararas

Resumo

Com o advento da Lei 11.638/2007, foi introduzida a necessidade de realizar nas escriturações contábeis o ajuste a valor presente para demonstrar o valor real da operação na data efetiva da transação. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa consistiu em verificar qual o grau de atendimento às práticas do Ajuste a Valor Presente dispostas no CPC 12 pelas companhias listadas na BM&FBovespa no setor de Construção e Transporte entre os anos de 2013 a 2014. A população compreendeu inicialmente uma amostra de 78 companhias, no entanto 2 empresas foram excluídas da análise por não ter sido localizadas suas demonstrações financeiras. O método deste trabalho foi descritivo, pois foram observadas e descritas as informações contidas em Notas Explicativas, verificando se houve a correta divulgação das práticas de evidenciação exigidas pelo CPC 12. A relevância da pesquisa está em investigar se as companhias de Capital Aberto realizam suas práticas contábeis de acordo com o que é exigido pelos órgãos normativos, posto à importância de se realizar uma correta evidenciação dos diversos pronunciamentos técnicos exigidos. Os resultados indicaram que, de uma maneira geral, as evidenciações divulgadas pelas companhias estão abaixo das propostas pelo pronunciamento em questão, corroborando estudos anteriores, os quais constataram que as notas explicativas estão negligenciando informações relevantes e que as companhias necessitam evidenciar melhor os itens do AVP, para assim tornar suas demonstrações mais transparentes. Para futuros estudos, sugere-se que seja analisado o segmento de governança corporativa de cada companhia em relação ao seu grau de evidenciação.

Palavras chave: Ajuste a Valor Presente; CPC 12; Evidenciação.

1 INTRODUÇÃO

Diante de novas mudanças a contabilidade passa por um processo de desafios para atender a todos os seus usuários que buscam cada vez mais informações que sejam realmente úteis à tomada de decisão. A busca pela excelência nos resultados contábeis decorre da capacidade de auxiliar o tomador de decisão a atingir o objetivo esperado.

As demonstrações contábeis ou financeiras são um mecanismo para divulgação de informações aos usuários externos, deste modo devem obedecer a certos critérios para que haja representação fidedigna, comparabilidade e compreensibilidade, características estas definidas como fundamentais e de melhoria pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

A harmonização das normas contábeis aumenta a transparência na evidenciação das demonstrações e a qualidade dos relatórios financeiros possibilitando ao usuário externo a comparabilidade com outras empresas (*PONTE et al., 2012*). Posto a importância de adotar procedimentos de contabilidade que fossem reconhecidos mundialmente, a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 que alterou e/ou revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), buscou principalmente a convergência das Normas Brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) que é adotado por vários países (BRASIL, 2007). Desta maneira através da *Resolução CFC nº 1.055/05* foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Segundo a Resolução CFC nº 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e realizar a divulgação dessas informações, permitindo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, considerando sempre a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Em meio a vários pronunciamentos que atendem as convergências e facilitam a padronização das práticas e mensurações, há o Pronunciamento Técnico CPC 12, que tem o objetivo de estabelecer os requisitos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) de elementos do ativo e do passivo. O referido pronunciamento determina que a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial

de ativos e passivos. O Ajuste a Valor Presente realiza a correção de eventos passados já registrados e traz uma forma melhor pelo qual eventos presentes são reconhecidos, ou seja, é uma estimativa de um fluxo de caixa futuro (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12, 2008).

A realização deste estudo justifica-se pela importância de investigar se as companhias de Capital Aberto realizam suas práticas contábeis de acordo com o que é exigido pelos órgãos normativos, dado a relevância de se ter uma correta evidenciação das práticas exigidas pelos diversos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, principalmente o que se refere ao CPC 12, objeto desta pesquisa. Estudos em torno deste tema são bastante desenvolvidos, enfatizando-se o interesse no assunto (LIMA et al., 2014; MORIBE, PANOSSO e MARRONI, 2007; PONTE et al., 2012).

Pretende-se com esta pesquisa contribuir com os estudos de Lima et al. (2014) que também analisaram o nível de atendimento aos critérios de evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas companhias listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 a 2012, concluindo que as evidenciações divulgadas pelas companhias em Notas Explicativas estão abaixo das propostas pelo pronunciamento em questão. Levando-se em consideração a complexidade de uma correta evidenciação atendendo todos os critérios exigidos pelo CPC 12, tem-se a hipótese de que nem todas as empresas estejam seguindo adequadamente este pronunciamento, porém espera-se encontrar resultados melhores do que em estudos anteriores a este, devido às companhias buscarem o aprimoramento das informações que são divulgadas aos seus usuários. Neste contexto, o objetivo do presente estudo é responder o seguinte questionamento: **qual o grau de atendimento às práticas do Ajuste a Valor Presente dispostas no CPC 12 pelas companhias listadas na BM&FBovespa no setor de Construção e Transporte entre os anos de 2013 a 2014 ?**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é discutida a revisão de literatura acerca das principais características do Ajuste a Valor Presente conforme o Pronunciamento Técnico CPC 12 e as pesquisas relevantes sobre o assunto.

2.1 Ajuste a Valor Presente

O Pronunciamento Técnico CPC 12, que trata especificamente do Ajuste a Valor Presente, tem por objetivo:

[...]estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis, dirimindo algumas questões controversas advindas de tal procedimento (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12, 2008, p. 2).

Segundo Moribe, Panosso e Marroni (2007), o Ajuste a Valor Presente tem como principal objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro, obtendo informações mais próximas da realidade econômica. Assim, a utilização da técnica do ajuste a valor presente permite que as contas do Ativo e Passivo sejam avaliadas por critérios de atribuição de valores monetários que possibilitam apresentá-las a valores simultâneos com a data de cada transação.

De acordo com Gonçalves, Marques e Macedo (2014) o Ajuste a Valor Presente tem por finalidade possibilitar a análise de ações gerenciais levando em consideração principalmente as incertezas advindas desta operação, permitindo assim apresentar os valores referentes à operação separadamente dos prêmios recebidos devido a essas incertezas.

A contabilidade deve evidenciar a assência das operações financeiras, portanto a prática do AVP objetiva que os juros embutidos nos preços das operações a prazo sejam separados e apropriados diretamente ao resultado. Assim o AVP permite determinar as parcelas do ativo e passivo que não correspondem ao preço total da transação, mas sim a um ajuste por conta do valor do dinheiro no tempo (FIPECAFI, 2010).

O Artigo 183 da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/2007 prevê em seu inciso VIII que: “Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”.

As demonstrações financeiras devem estar dentro das normas e princípios contábeis geralmente aceitos, devem evidenciar corretamente a realidade econômica e patrimonial de uma entidade e para isso a utilização do AVP é fundamental, pois contribui para uma maior transparência e qualidade das demonstrações financeiras. De acordo com a redação do PRONUNCIAMENTO TECNICO CPC 12 (2008, p. 2):

A utilização de informações com base no valor presente concorre para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

Com relação ao alcance, o CPC 12 (2008) deixa claro que o pronunciamento trata apenas de questões de mensuração do AVP e não questões relacionadas ao reconhecimento de um elemento que satisfaça os critérios para tal. O referido pronunciamento determina que a mensuração contábil a valor presente seja realizada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. Queiroz et al. (2010, p.4) afirmam que:

Caso haja uma renegociação da obrigação ou direito a que se refere o reconhecimento inicial, uma nova mensuração do ajuste a valor presente deve ser realizada, gerando um novo reconhecimento do valor patrimonial e da receita ou despesa financeira.

Para se determinar o valor presente é indispensável conhecer o valor do fluxo futuro, o prazo do fluxo e a taxa de desconto, sendo que esta deverá ser a taxa efetiva da data da transação. De acordo com Lima et al. (2014) esses três elementos são fundamentais para se ter uma estimativa do valor atual de um fluxo de caixa que se espera obter no futuro.

2.2 Estudos Anteriores

Foram elencados no quadro abaixo diversos estudos anteriores em torno das práticas de divulgação observadas pelas companhias de capital aberto em relação aos critérios exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 12.

Quadro 1 - Estudos Anteriores em relação ao Ajuste a Valor Presente

Autor	Título	Resumo
Moribe, Panosso e Marroni (2007)	Um Enfoque Sobre Correção Monetária Integral e Ajuste a Valor Presente em Conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade	O estudo buscou apresentar através de um caso prático, a técnica da Correção Monetária Integral e Ajuste a Valor Presente como ferramentas fundamentais para o aperfeiçoamento das mensurações contábeis.
Queiroz et al. (2010)	Ajuste a Valor Presente Solicitado Pela Lei nº 11.638/07: Um Estudo Com as Empresas de Aviação Civil Brasileira em 2008	A pesquisa realizou um estudo multi caso das empresas de aviação civil brasileira GOL linhas Aéreas Inteligentes S.A. e TAM S.A., com o objetivo de analisar os efeitos do Ajuste a Valor Presente (AVP), em consonância com a Lei nº 11.638/07, no ano de 2008.
Araujo et al. (2011)	Ajuste a Valor Presente de Acordo com a Lei 11.638/07: Uma Análise Setorial do Segmento de Exploração	Os autores analisaram no ano de 2009 a contabilização do AVP em empresas do setor de Exploração de Rodovias listadas na

	de Rodovias	BM&FBovespa, com o intuito de constatar se essas empresas estão seguindo as deliberações da Lei nº 11.638/2007 e do Pronunciamento Técnico CPC 12.
Ponte et al. (2012)	Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste ao Valor Presente pelas Companhias Listadas na BM&FBovespa	A pesquisa compreendeu uma amostra de 334 empresas com o objetivo de investigar o grau de observância das práticas de divulgação do AVP, levando-se em consideração os níveis diferenciados de governança corporativa.
Fontana, Andrade e Macagnan (2013)	Um Estudo Sobre a Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBovespa	Os autores analisaram o grau de observação ao CPC 12 praticadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa. A pesquisa restringiu-se a analisar as 50 companhias abertas participantes do índice IBRX-50, que é composto pelos 50 papéis mais líquidos da BM&FBovespa.
Utzig et al. (2013)	Ajuste a Valor Presente: Uma Análise das Práticas Divulgadas pelas Companhias do Segmento de Construção Civil Listadas na BM&FBovespa	Neste estudo foi analisado as práticas de evidenciação do Ajuste a Valor Presente no ano de 2010 das empresas do segmento de Construção Civil, setor de Construção e Transporte, listadas na BM&FBovespa.
Lima et al. (2014)	Um Estudo Sobre Nível de Atendimento aos Critérios de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Empresas do Setor de Construção e Transporte Listadas na BM&FBovespa	O estudo compreendeu uma amostra de 72 empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 a 2012, tendo o objetivo de investigar o nível de atendimento aos critérios de evidenciação do Ajuste a Valor Presente.
Gonçalves, Marques e Macedo (2014)	Análise do Grau de Observância das Orientações do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente no Período 2010-2012: Um Estudo com Foco nas Empresas de Capital Aberto do Setor Varejista	A presente pesquisa teve como objetivo examinar o grau de atendimento das empresas classificadas no setor varejista da BM&FBovespa aos requisitos do CPC 12 para o período de 2010 a 2012, tendo o intuito de verificar se há diferenças entre a prática e a norma entre os anos.
Machado, Reckziegel e Varela (2015)	Adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente: Um Estudo do Impacto no Índice de Necessidade de Capital de Giro em Empresas Listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa S.A - BM&FBovespa	O objetivo central do estudo foi identificar o impacto no índice de necessidade de capital de giro, quando da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12. A pesquisa abrangeu empresas com ações negociadas na BM&FBovespa de diferentes segmentos, sendo o critério de seleção da amostra maiores vendas do ano de 2009.

Fonte: Elaboração Própria.

Os estudos acima analisaram as diversas práticas de divulgação utilizadas por companhias de Capital Aberto com ações negociadas na BM&FBovespa, principalmente em

relação ao que diz o Pronunciamento Técnico CPC 12, que dispõe sobre o Ajuste a Valor Presente.

Muitas das pesquisas (Quadro 1) utilizaram como critério para escolha do segmento a ser analisado, os setores com atividade classificadas como de alto potencial de índice do Ajuste a Valor Presente por possuírem nos seus ativos e passivos elementos decorrentes de operações de longo ou curto prazo que tenham efeitos relevantes.

Na maior parte desses estudos foi concluído que as divulgações efetuadas pelas empresas contidas em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), estão abaixo do exigido pelo referido pronunciamento, constatando que as empresas necessitam evoluir e aperfeiçoar as informações que são divulgadas aos diversos usuários da informação contábil. Até mesmo estudos que levaram em consideração os níveis de governança corporativa, realizando comparações entre as divulgações de companhias pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa em relação às do mercado tradicional, obtiveram também um baixo grau de atendimento às práticas de divulgação definidas pelo CPC 12.

3 METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, na qual muitas vezes não emprega instrumentos estatísticos para análise dos dados, apenas busca a compreensão de um fenômeno a partir da perspectiva dos participantes envolvidos no estudo (NEVES, 1996). Aborda-se um estudo descritivo, pois são observadas e descritas as informações contidas nas Notas Explicativas divulgadas pelas Companhias listadas na BM&FBovespa do setor de Construção e Transporte entre os anos de 2013 a 2014.

A pesquisa utiliza dados secundários que de acordo com Martins e Lintz (2010, p.31) “são denominados secundários os dados já coletados, que se encontram organizados em arquivos, banco de dados, anuários estatísticos, relatórios etc.”.

A população deste estudo compreendeu as 78 companhias pertencentes ao setor de Construção e Transporte. Os dados das referidas companhias foram coletados através do *website* da BM&FBovespa por meio da aplicação de um *checklist* elaborado por Fontana, Andrade e Macagnan (2013). Este *checklist* foi utilizado também por Lima et al. (2014) devido a sua característica de agregar em um instrumento 13 indicadores das práticas de divulgação

do Ajuste a Valor Presente definidas no CPC 12, possibilitando assim uma análise mais detalhada.

Quadro 2: Checklist dos indicadores de evidenciação

Código	Indicador	CPC 12 – AVP
1	Notas explicativas	Parágrafo 33
2	Natureza do fluxo de caixa (contratuais ou não)	Parágrafo 33 (a)
3	Valor de entrada cotado a valor de mercado	Parágrafo 33 (a)
4	Taxas de juros	
5	Taxas de juros decompostas (juros e prêmio)	Parágrafo 33 (b)
6	Montante dos fluxos de caixa estimados	Parágrafo 33 (b)
7	Horizonte temporal estimado	Parágrafo 33 (b)
8	Descrição do item objeto do avp	Parágrafo 33 (a)
9	Premissas utilizadas pela administração	Parágrafo 33 (b)
10	Modelos utilizados p/ cálculo de riscos e <i>inputs</i>	Parágrafo 33 (c)
11	Descrição do método de alocação dos descontos	Parágrafo 33 (d)
12	Procedimento adotado para acomodar mudanças	Parágrafo 33 (d)
13	Processo de mensuração a valor presente	Parágrafo 33 (e)
14	Motivação da administração	Parágrafo 33 (f)

Fonte: Lima et al. (2014, p. 5).

Foram analisadas as Notas Explicativas das companhias pertencentes à amostra nos anos de 2013 e 2014, examinando se as informações contidas em suas demonstrações atendiam totalmente, não atendiam ou não se aplicava os indicadores de evidenciação descritos no Quadro 2.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas as análises dos resultados desta pesquisa, que será dividida em dois tópicos as quais se encontram relacionadas aos exercícios de 2013 e 2014.

No ano de 2014 foram excluídas do estudo 2 (duas) companhias por não terem sido localizadas no *website* da BM&FBovespa suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP). Assim a amostra foi composta por 76 (setenta e seis) companhias.

4.1 Ano de 2013

No ano de 2013 foram analisadas 78 empresas, entre elas foram avaliadas o total de 66 empresas, desse total 64% (50) evidenciaram o ajuste a valor presente em suas notas

explicativas, 21% (16) não se dispuseram em atender o CPC 12 em notas explicativas, entretanto 15% (12) das empresas não aplicaram quaisquer dos 13 critérios indicados para avaliação sobre o AVP, pois a administração avaliou o CPC 12 e concluiu que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajustes e os efeitos de curto prazo não são relevantes e outras se encontram em recuperação judicial, na qual, muitas delas, as contas a receber de clientes não foram ajustadas ao seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas.

O segundo item analisado foi Natureza do Fluxo de Caixa (Contratuais ou não) obtendo-se 38% (30) que atenderam a esse requisito, sendo a maioria sobre o arrendamento mercantil ou contratos de concessão. As entidades do segmento de exploração de rodovias foram as que mais atenderam a esse critério, devido que seus contratos são em longo prazo, o restante das entidades, quase a metade delas 47% (37) não atenderam.

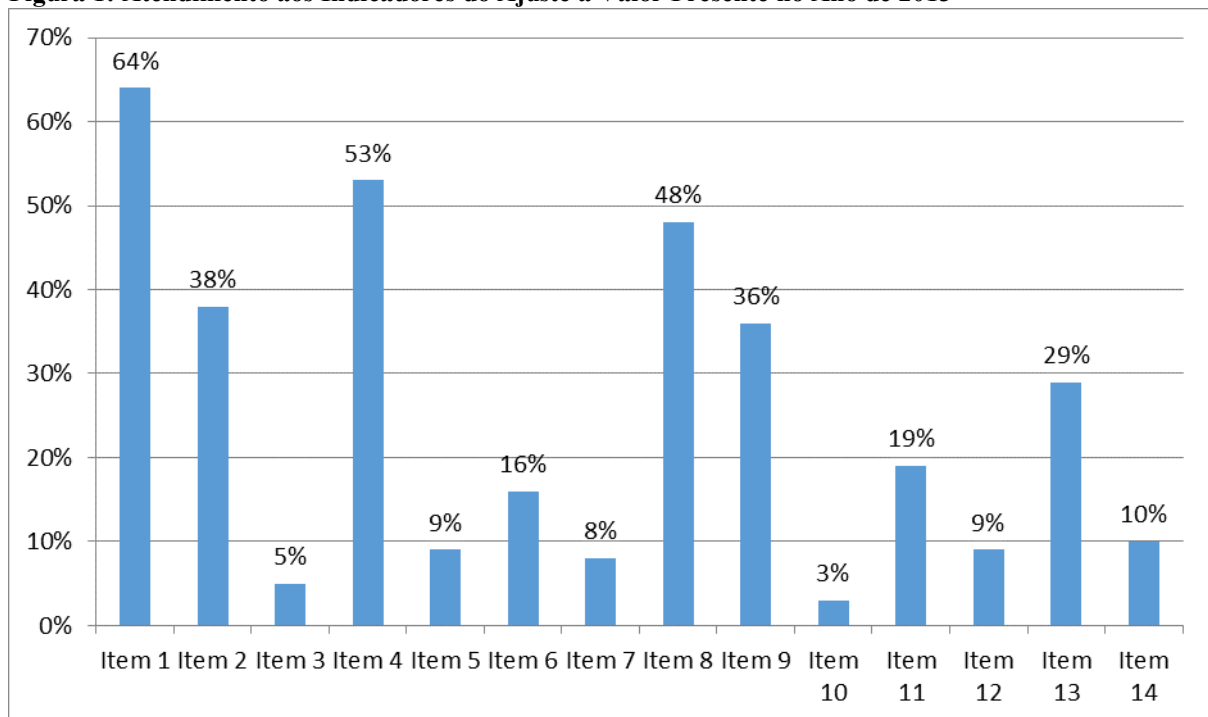
O princípio da utilização do Valor de Entrada Cotado a Valor de Mercado foi aplicado apenas por 5% (3) entidades sendo Cirela Brazil, Gafisa S.A, Even Construtora, restando 73% (40) das empresas que não atenderam a este quesito. Portanto esse critério, no exercício de 2013, foi um dos que estiveram mais abaixo de não serem evidenciados, não comparando seus valores de entrada com os de mercado.

Um dos itens relevantes na pesquisa é a Taxa de juros, para este indicador observa-se um grande percentual de 53% (41) entidades que evidenciam essa taxa que é considerada fundamental para se realizar o cálculo do AVP e mostrar aos seus usuários de forma clara e satisfatória. Porém, houve uma redução da evidenciação se comparado ao estudo de Lima et al. (2014) no ano de 2011, na qual 68% das empresas demonstraram esta taxa em notas explicativas. Além de ter a Taxa de Juros e Prêmios, destacam-se as empresas Brookfield, Arteris S.A, CCR Autoban e Ayrton Senna, somente 5% (4) dessas empresas conseguiram demonstrar a taxa de juros e prêmio de acordo com o CPC 12, o prêmio está associado ao risco das incertezas ao fluxo de caixa.

Outro item apresentado é o Montante e Horizonte dos Fluxos de Caixas Estimados que o pronunciamento orienta a sua evidenciação, e também a descrição do Item Objeto do Ajuste a Valor Presente. No ano de 2013, apenas 15% (12) empresas descreveram essa informação sobre o montante, enquanto 77% (60) não discriminaram o Horizonte que é o tempo do fluxo

de caixa de cada entidade. As Premissas Utilizadas pela Administração foram divulgadas 36% (28), menos que a metade indicou as razões pelas quais foi adotado o AVP.

Figura 1: Atendimento aos Indicadores do Ajuste a Valor Presente no Ano de 2013



Fonte: Elaboração Própria

Conforme observado na figura 1 o item que esteve mais abaixo da evidenciação do AVP são os Modelos Utilizados para Cálculo de Riscos e Inputs, somente 3% (2) entidades descreveram os cálculos utilizados em suas premissas. Pesquisas anteriores como o de Ponte

et. al (2012) averiguaram essas negligências e o descaso das empresas corporativas por não discriminarem essa informação.

A Descrição do Método de Alocação dos Descontos 19% (15) as quais atenderam a esse aspecto foi do setor de Construção Civil Brookfield, Direcional Engenharia, EZ TEC Empreendimentos, se comparado com a pesquisa realizada por Lima et al. (2014) no ano de 2012 houve uma redução nos resultados obtidos que ficou com 47% (27) foi considerado o melhor resultado em relação aos outros estudos aplicados anteriormente. Os Procedimentos Adotados para Acomodar Mudanças se dispuseram em demonstrar 9% (7), Brookfield, PDG Realty, Concessionaria Ecovias Imigrantes S.A., não obtendo variação neste percentual em relação ao ano de 2012 na pesquisa realizada por Lima et al. (2014), que foi o mesmo resultado encontrado, que relata informações sobre o propósito da mensuração do AVP.

Os três últimos quesitos estão ligados aos motivos que levam a empresa a evidenciar o Ajuste a Valor Presente, de acordo com a análise 29% (23) atenderam o Propósito da Mensuração do Ajuste, porém entre elas apenas 5 (cinco) empresas do ramo de Construção Civil que destaca-se Brookfield, Construtora Adolpho, CR2 Empreendimentos, Cirela Brazil e Direcional Engenharia e 1 (uma) de Exploração de Rodovias a Conc. Rodovias do Tiête que descreveram a Motivação da Administração em realizar o ajuste.

Portanto, referente ao ano de 2013, as empresas que mais divulgaram o Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas foram a Brookfield (Construção Civil) e a Arteris S.A (Exploração de Rodovias), que conseguiram evidenciar 11 (onze) critérios do *checklist*.

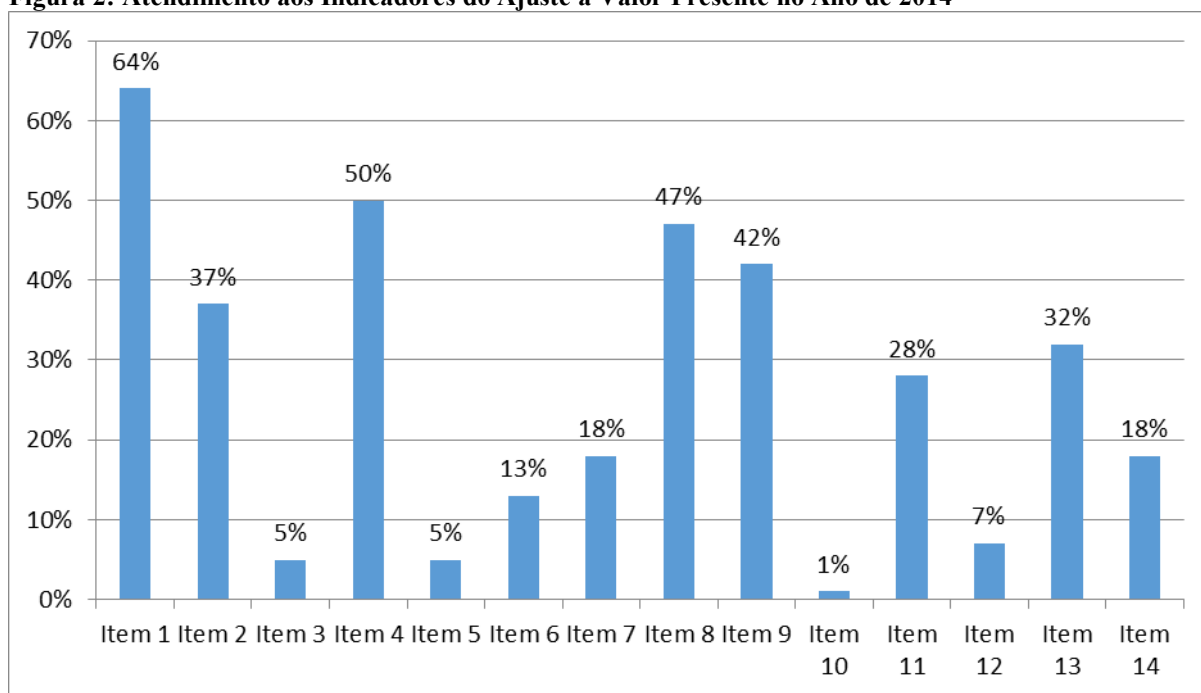
4.2 Ano de 2014

O nível de atendimento das empresas em relação às Notas Explicativas foi o percentual de 64% (49), mantendo o mesmo resultado realizado no ano de 2013. A Natureza do Fluxo de Caixa (Contratuais ou Não) somente 37% (28) entidades atenderam a esse critério. Outro quesito que ficou igualado ao ano de 2013 foi o Valor de Entrada Cotado a Valor de Mercado que poucas entidades evidenciaram apenas 5% (4).

A Taxa de Juros foi evidenciada por 50% (38) houve uma redução se comparada ao ano de 2013, e entre elas somente 5% (4) se dispuseram em informar a Taxa de Juros Decomposta entre Juros e Prêmios em notas explicativas.

Quanto ao Montante do Fluxo de Caixa, observa-se que 13% (10) demonstraram, enquanto 18% se dispuseram em atender o Horizonte Temporal Estimado, havendo um aumento relevante em relação ao ano de 2013, destaca-se a empresa Triângulo do Sol que apresentou esse item, colaborando para aumentar o resultado da análise no ano de 2014. O item 8 (oito) descreve-se sobre o Objeto do Ajuste a Valor Presente, e 47% (36) informaram, havendo semelhança com o estudo anterior.

Figura 2: Atendimento aos Indicadores do Ajuste a Valor Presente no Ano de 2014



Fonte: Elaboração Própria

É possível verificar na figura 2 que a divulgação das Premissas Utilizadas pela Administração obteve um percentual de 42% (32), os Modelos Utilizados para Cálculos de Riscos e *Inputs* somente a PDG Realty descreveu esse critério que equivale a 1%. A descrição do Método de Alocação dos Descontos foi demonstrada por 28% (21), obtendo um resultado considerável no estudo presente, demonstrando a preocupação das empresas em evidenciar aos seus usuários essa informação tão necessária.

Quanto ao Procedimento Adotado para Acomodar Mudanças e ao Processo de Mensuração a Valor Presente, respectivamente demonstraram 7% (5) e 32% (24).

O último item analisado é a Motivação da Administração 18% (14), que resultou em uma elevação satisfatória, se verificado ao ano anterior.

As empresas em destaque que disponibilizaram maior nível de evidênciação do AVP em suas notas explicativas foi Brookfield, Ecovias Imigrantes e Arteris S.A, atendendo a 11 (onze) itens do instrumento de análise.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo identificar o grau de atendimento às práticas do Ajuste a Valor Presente dispostas no CPC 12 pelas companhias listadas na BM&FBovespa. Para se realizar a pesquisa foi escolhido o setor de Construção e Transporte nos anos de 2013 a 2014, dando assim continuidade aos estudos de Lima et al. (2014). Foram analisadas as Notas Explicativas das companhias pertencentes à amostra e verificado se suas demonstrações atendiam aos critérios de divulgação definidos pelo CPC 12.

Os resultados deste estudo demonstram que as divulgações efetuadas pelas companhias apresentam baixo grau de atendimento às orientações do pronunciamento CPC 12, visto que muitas empresas somente citam as práticas gerais do AVP em suas notas explicativas e acabam não divulgando o restante dos elementos obrigatórios, obtendo-se assim um cenário que pouco varia de um período para o outro. Estes achados corroboram os resultados de Lima et al. (2014), Gonçalves, Marques e Macedo (2014) e Ponte et al. (2012), no qual constatou-se que

todas as empresas deixaram de evidenciar pelo menos um indicador presente no *checklist* aplicado.

Os indicadores que obtiveram um maior atendimento por parte das companhias foram referentes à divulgação das práticas gerais do AVP e a taxa de juros aplicada, em virtude de que sem esta informação não é possível aplicar o método de valor presente. Já os indicadores que tiveram um menor atendimento foram os modelos utilizados para cálculos de riscos e *inputs* e o valor de entrada cotado a valor de mercado, igualando-se a pesquisa de Lima et al. (2014).

A hipótese inicial deste estudo não foi atendida, em razão de não ter sido encontrados resultados melhores em relação a estudos anteriores, comprovando que as companhias insistem em apresentar demonstrações de forma incompleta e com baixo grau de atendimento à norma. Ainda em nível de atendimento, as empresas necessitam melhorar a evidenciação dos indicadores do AVP, visto que muitas informações fundamentais são negligenciadas em notas explicativas. Deve-se haver uma maior observância às práticas de divulgação para que não haja o comprometimento do entendimento das demonstrações contábeis e também para que as companhias obtenham demonstrações financeiras mais fidedignas e transparentes, para que estas possam realmente auxiliar o usuário em um processo de tomada de decisão.

O estudo limita-se por não observar o nível de governança corporativa das companhias pertencentes ao estudo em relação ao seu grau de evidenciação. Assim, para futuros estudos sugere-se que os segmentos de governança corporativa que cada companhia se encontra listada sejam levados em consideração, realizando-se uma comparação para verificar se as companhias que estão listadas em um nível superior de governança corporativa apresentam melhores evidenciações das práticas do AVP.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 280p.

ARAUJO, Tamires Souza et al. Ajuste a Valor Presente de Acordo com a Lei 11.638/07: Uma Análise Setorial do Segmento de Exploração de Rodovias. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4, 2011, Florianópolis/SC. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2011.

BRASIL. (2007). **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: CPC, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 12**: Ajuste a Valor Presente. Brasília: CPC, 2008.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 824 p.

FONTANA, Fernando B.; ANDRADE, Andréia F.; MACAGNAN, Clea B. Um Estudo Sobre a Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.62-80, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rmccuerj/article/view/5887>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

GONÇALVES, Rafael Simão; MARQUES, José Augusto Veiga; MACEDO, Marcelo Alvaro. Análise do Grau de Observância das Orientações do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente no Período 2010-2012: Um Estudo com Foco nas Empresas de Capital Aberto do Setor Varejista. In: **V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis-AdCont 2014**. 2014.

LIMA, Mayke Douglas Xavier de et al. Um Estudo Sobre Nível de Atendimento aos Critérios de Evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas Empresas do Setor de Construção e Transporte Listadas na BM&FBovespa;. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 14, 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2014.

QUEIROZ, Lísia de Melo; OLIVEIRA, Elizabet Rodrigues; MEDEIROS, Camilla Alves; MOURA, Alexsandra Barcelos. Ajuste a Valor Presente solicitado pela Lei nº 11.638/07: Um Estudo com as Empresas de Aviação Civil Brasileira em 2008. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 7, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2010.

MACHADO, Debora Gomes; VARELA, Patrícia Siqueira. Adoção do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente: Um Estudo do Impacto no Índice de Necessidade de Capital de Giro em Empresas Listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros BOVESPA S.A – BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO ANPCONT, 5, 2011, Vitória. *Anais...* Vitória: ANPCONT, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 136 p.

MORIBE, Ademir M.; PANOSSO, Alceu; MARRONI, Carlos H. Um Enfoque Sobre Correção Monetária Integral e Ajuste a Valor Presente em Conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Paraná, v. 26, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3577>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º Sem. 1996.

PONTE, Vera Maria Rodrigues et al. Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste ao Valor Presente pelas Companhias Listadas na Bm&Fbovespa;. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p.53-69, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2173>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José A.; ZANDONAI, Fabiana. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: Uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.67-91, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/588>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UTZIG, Mara Jaqueline Santoret al. Ajuste a Valor Presente: Uma Análise das Práticas Divulgadas pelas Companhias do Segmento de Construção Civil Listadas na BM&FBOVESPA. In: SEMEAD - Seminário em Administração da FEA/USP, 16, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2013.